

CAPÍTULO 2

CENSURA NA INTERNET EM REGIMES AUTORITÁRIOS VERSUS DEMOCRACIA

Data de submissão: 26/12/2024

Data de aceite: 02/01/2025

Laiza Elena da Silva Müller

Acadêmica do Curso de Direito do
CEULP/ULBRA

RESUMO: Os objetivos gerais da pesquisa a seguir são analisar como a censura na internet é implementada e justificada em regimes autoritários em comparação com democracias e examinar os impactos dessas práticas na liberdade de expressão, na disseminação de informações e no engajamento cívico dos cidadãos. No decorrer do trabalho que será elaborado com detalhes expositivos, através do método hipotético dedutivo, será possível identificar como governos autoritários praticam a censura e negligenciam a liberdade de expressão, destacando seus impactos na participação cívica e nos direitos fundamentais. A metodologia utilizada é a investigação bibliográfica e a técnica de pesquisas é a consulta em livros, teses e artigos.

PALAVRAS-CHAVE: censura; monitoramento digital; ordem social; democracia; tecnologia.

INTRODUÇÃO

A censura é caracterizada no dicionário como “[...] medida disciplinar, que visa corrigir ou coibir atos faltosos por parte de alguém; esp.: advertência ou reprovação severa, ger. de caráter formal, oficial.”¹ Nos Jogos Olímpicos de 2024, uma atleta chinesa chamou a atenção com uma atitude curiosa. A ginasta Yaqin Zhou, de apenas 18 anos, imitou as atletas italianas, que mordiam a medalha olímpica. Não é de se esperar essa reação, já que a cultura chinesa não tem bons olhos quanto à essa reação. Este episódio revela um contraste interessante com o rígido controle estatal que a China exerce sobre a internet e a liberdade de expressão de seus cidadãos.

Embora Zhou tenha se tornado uma figura querida globalmente, o governo chinês mantém uma rigorosa censura sobre o que é permitido circular na internet dentro de suas fronteiras, assim como outras autoridades estatais. O sucesso e

¹ Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa / Caldas Aulete; [organizador Paulo Geiger]. - Rio de Janeiro: Lexikon, 2011 (pág. 309 – ponto 6).

o carisma de Zhou podem ser amplamente celebrados fora da China, mas dentro do país, o governo continua a administrar a narrativa, promovendo figuras públicas de maneira controlada e restringindo o acesso livre à internet, o que impede que seus cidadãos tenham contato direto com opiniões ou informações não mediadas pelo Estado.

O objetivo central do trabalho é expor os países, seus métodos e suas justificativas das práticas coercitivas; comparar e examinar as democracias (que estão em declínio); compreender se a aplicação de regras rígidas em regimes autoritários, ou a moderação de conteúdos em democracias, contribuem para a ordem social ou se, ao contrário, representam violações àquelas, compelindo para a disseminação de *fake news*, violação das legislações e da privacidade.

Como exposto nas linhas acima, o país da China aparece em primeiro lugar no quesito controle social, juntamente com Coréia do Norte e Irã, após um estudo feito com mais de 170 nações. Não é uma novidade, porém, o número de países com restrições está aumentando; há de se levar em consideração o fomento das mídias sociais, mídia de notícias, aplicativos de mensagens etc. É considerável o tamanho da importância da pesquisa a seguir, que pode ser vista com desprezo no tecido civil brasileiro, entretanto, dentro de alguns anos o foco não será apenas debater, mas combater.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foi feita a observação e análise dos regimes autoritários e a comparação da repressão estatal com a moderação de conteúdos em democracias. A partir dessas comparações, busca-se deduzir implicações mais amplas sobre as relações entre censura, controle social e a disseminação de desinformação, como também foi possível compreender e desenvolver hipóteses sobre os motivos, impactos e justificativas dessas práticas.

A abordagem qualitativa foi essencial para estudar casos como o da China e Coréia do Norte, que possuem pontos 11/11 em um estudo feito pela revista online *Comparitech*. “*Foram pontuados cada país em seis critérios. [...] Quanto maior a pontuação, maior a censura.*” Foi exequível o entendimento acerca das regulações estatais, suas justificativas sobre as estruturas que sustentam o controle das redes sociais, mídia de notícias e aplicativos de mensagens/VoIP.

A técnica indireta foi empregada para coletar dados por meio de fontes secundárias, como relatórios de organizações não governamentais (*Freedom House*, por exemplo), que possuem estudos comparativos que monitoram a censura global. O estudo vai expor, de forma clara e consequente justa, os casos emblemáticos como Rússia, China, Venezuela, Irã etc., e sua comparação com democracias ocidentais, promovendo uma visão crítica e desenvolvida sobre os riscos do autoritarismo digital.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O foco do presente estudo é apontar números e colocações dos países, com seus argumentos e posições. Todavia, de uma maneira geral, é importante entender o autoritarismo, já que é confundido com o totalitarismo (predominância de um único partido político que abraça uma ideologia rigidamente definida). O autoritarismo pode ser simplificado da maneira como Vilma Rosa descreveu em um exemplar do livro Autoritarismo, que teve como objetivo apresentar o sistema de forma clara e didática. Isto é:

“[...] o autoritarismo é marcado pela centralização da figura da autoridade, que impõe obediência incondicional sobre seus súditos, oprimindo sua liberdade, reduzindo ao mínimo sua participação no poder e usando, por vezes, de meios coercitivos para manter o controle e respeito à estrutura hierárquica imposta. Também se apresentam manifestações de agressividade à oposição, censura às opiniões, controle do pensamento e emprego de métodos agressivos de controle político e social.” (ROSA, 2020, p. 13)

A motivação dessa pesquisa não foi somente a indignação promovida por países como Rússia, China, Venezuela, Iraque, Cuba etc., mas a não promoção dos dados, a desinformação midiática, os ataques cibernéticos, monitoramento digital e a liberdade de expressão em decadência. Casos como da China (que bloqueia ou monitora a atividade das redes sociais a fim de manter a informação que não corresponder à narrativa construída sobre ela) e Coréia do Norte, que controlam sua massa através da censura, omissão de informações e controle midiático, despertam a atenção de pesquisadores que têm como objetivo a exposição dos dados e da expansão silenciosa da censura pelo mundo.

Como retratado em um artigo da CNN Brasil, “*Pequim frequentemente prende cidadãos e censura contas por publicar ou compartilhar informações factuais consideradas sensíveis ou críticas ao Partido Comunista, ao governo ou aos militares, especialmente quando tais informações se tornam virais*”, que é para regular as discussões públicas, excluindo oposições políticas e reprimindo vozes críticas através da censura. A China mantém um dos sistemas de censura mais rigorosos do mundo, conhecido como “Grande Firewall”. De acordo com o relatório da *Freedom House*, a nação chinesa ocupa a última posição no índice de liberdade na internet.

Não há razões para ir longe, já que, recentemente, aqui no Brasil, na sede do diretório nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), em Brasília - DF, após uma reunião da bancada de parlamentares do partido, a presidente do mesmo, Gleisi Hoffmann, disse o seguinte: “*esquerda vai continuar sendo massacrada se não regular redes sociais*.” Segundo Gleisi, a frase pertence a um influencer. Ora, há de se perguntar: qual o pressuposto necessário para justificar essa infeliz frase? Como comentado na introdução, a importância do desenvolvimento sobre o assunto em questão é expressiva, de maneira que olhares sob os governos autoritários recaem sob governos democráticos, que agora sofrem ameaças silenciosas.

Dados de organizações como a *Freedom House* indicam que, “dos 65 países avaliados, 26 estão em declínio geral desde junho de 2017, em comparação com 19 que registraram melhorias líquidas. Os maiores declínios de pontuação ocorreram no Egito e no Sri Lanka, seguidos por Camboja, Quênia, Nigéria, Filipinas e Venezuela”. Um exemplo notável é a Rússia que, após a invasão da Ucrânia em 2022, implementou leis que proíbem a disseminação de “notícias falsas” sobre as forças armadas, resultando em prisões de jornalistas e ativistas. A classificação da Rússia no índice de liberdade de imprensa caiu para 155º lugar de 180 países, segundo o relatório anual da Repórteres Sem Fronteiras feito em 2022. Atualmente se encontra no 162º lugar.

CONCLUSÃO

Em um mundo quimérico, criar e promover plataformas que ofereçam informações independentes e não censuradas é uma estratégia eficaz; incentivar a criação de mídias alternativas que possam operar fora do controle governamental. O uso de tecnologias que garantam a privacidade e a segurança da comunicação é essencial, como as VPNs (redes privadas virtuais), que permitem que os usuários acessem a internet anonimamente, contornando bloqueios.

A censura digital e a desinformação têm um impacto profundo na sociedade. Elas não apenas limitam o acesso à informação e silenciam a liberdade de expressão, mas também criam um ambiente de desconfiança. Além disso, a manipulação da informação pode influenciar eleições e decisões políticas, uma ameaça real à democracia de todo o mundo. À medida que mais países adotam práticas de controle de informação, é essencial que o corpo social e as organizações internacionais trabalhem juntos, o que, no contexto hodierno, se torna apenas mais um tópico jogado no canto de uma mesa da sala de reunião de um complexo de prédios (geralmente, dos poderes).

REFERÊNCIAS

Dallari, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado** – 33. ed. - São Paulo: Saraiva, 2016.

Nunes, Rizzato. **Manual de filosofia do direito** – 7. ed. - São Paulo: Saraiva Educação, 2018

Rosa, Vilma. **Autoritarismo**. São Paulo: Lafonte, 2020. 96 p. ISBN 978-65-5870-018-0.

A ascensão do autoritarismo digital. **Freedom House**. 2018. Disponível em: <https://freedomhouse.org/report/freedom-net/2018/rise-digital-authoritarianism>. Acesso em: 22 set, 2024.

Censura da internet em 2024: o impacto das restrições à internet. **Security.org**. 22 ago, 2024. Disponível em: <https://www.security.org/vpn/internet-censorship/>. Acesso em: 22 set, 2024.

Censura na internet 2024: Um mapa de restrições por país. **Comparitech**. 16 out, 2023. Disponível em: <https://www.comparitech.com/blog/vpn-privacy/internet-censorship-map/>. Acesso em: 22 set, 2024.

China exclui 1,4 milhão de publicações de rede social para reprimir contas não oficiais que publicam notícias. **CNN Brasil**. 27 mai, 2023. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/china-exclui-14-milhao-de-publicacoes-de-rede-social-para-reprimir-contas-de-auto-midia/>. Acesso em: 28 out, 2024.

Desvendando a repressão na Venezuela: um legado de vigilância e controle do Estado. **Electronic Frontier Foundation**. 18 set, 2024. Disponível em:

<https://www.eff.org/deeplinks/2024/09/unveiling-venezuelas-repression-legacy-state-surveillance-and-control>. Acesso em: 23 set, 2024.

Leis rigorosas asseguram à China controle social na internet. **Poder 360**. 11 abr, 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/leis-rigorosas-garantem-controle-social-na-internet-chinesa/>. Acesso em: 28 out, 2024.

Principais estatísticas de censura na internet que você precisa saber em 2024. **PrivacySavvy**. 24 jul, 2024. Disponível em: <https://privacysavvy.com/security/safe-browsing/internet-censorship-statistics/>. Acesso em: 22 set, 2024.

Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa 2022: a nova era da polarização. **Repórteres Sem Fronteiras**. 2022. Disponível em: <https://rsf.org/pt-br/ranking-mundial-da-liberdade-de-imprensa-2022-nova-era-da-polariza%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 28 out, 2024.

Regulamentação de conteúdo online: uma comparação internacional. **GW Law**. 8 dez, 2021. Disponível em: <https://studentbriefs.law.gwu.edu/ilpb/2021/12/08/online-content-regulation-an-international-comparison/>. Acesso em: 23 set, 2024.